

# Percursos & IDEIAS

Revista do Instituto Superior de Ciências Empresariais e do Turismo

I S C E T

- O comércio local e as grandes superfícies: factores de competitividade da zona de Cedofeita
- A Foz no século XIX: centro mundano de vilegiatura
- Globalização versus democracia?
- Do ideal-tipo weberiano ao conceito de disfuncionalidade burocrática de Merton
- Estratégias del plan de Marketing
- Selectividade ou igualdade de oportunidades
- O efeito directo nas directivas comunitárias – um conceito moribundo?
- Tudo ou nada: uma questão de argumentação. Análise de um editorial de Vicente Jorge Silva
- As relações entre anunciantes, agências e meios: uma classificação doutrinal dos contratos de publicidade
- A área metropolitana do Porto e o norte de Portugal, face às dinâmicas recentes de transformação demográfica e sócio-económica dos territórios

## 1. A CRISE DA CIDADE MODERNA E DO MODELO INDUSTRIAL

No decurso da década de 70, a partir de estudos que tiveram a sua génese nos Estados Unidos, nomeadamente os dirigidos por Brian Berry (1976), a propósito de decréscimos na evolução da população urbana, diversos autores procuraram demonstrar, também para o caso dos países europeus mais desenvolvidos, embora com algum desfasamento temporal, a existência de processos semelhantes, ou seja, a ocorrência de um refluxo no crescimento populacional dos grandes centros urbanos e da maioria das áreas metropolitanas e, ao invés, a tendência para a retoma demográfica das áreas rurais, à excepção das de montanha, cujas perdas pareciam irreversíveis.

Tendo por base a inversão das tendências anteriores (em que normalmente quanto maior o aglomerado, maior o aumento demográfico), acreditou-se ter-se chegado ao fim de um ciclo marcado pelo crescimento populacional da cidade consolidada e da sua envolvente e a abertura de um outro, dito de contra-urbanização, caracterizado pelas perdas, ou pelo menos estagnação, das grandes metrópoles e pela reanimação de uma boa parte das antigas áreas rurais, ao ponto de alguns autores mais optimistas terem acreditado num renascimento rural (na expressão de Bernard Kayser, 1990).

Diversos autores, praticamente desde o início, colocaram fundadas reservas à amplitude e significado de tal fenómeno<sup>2</sup>. Em todo o caso, abria-se um vasto campo especulativo, de esperança na recomposição funcional e na emergência de um terciário pulverizado pelas enormes potencialidades das novas tecnologias de informação, de que o tele-trabalho era o exemplo recorrente. Era então possível, não só o escritório em rede, como a coincidência física entre os locais onde ocorriam diversos actos da vida quotidiana de um número crescente de pessoas, na medida em que se podia acumular, num mesmo ponto, a residência, o trabalho, a aquisição de bens e serviços ou até o lazer. Seria o triunfo da tele-vida, de acordo com Bernard Preel (1986).

O “afastamento” em relação às grandes cidades parecia possível e mesmo desejável (ou até porventura inevitável), tendo em vista evitar as deseconomias de escala, consubstanciadas nos congestionamentos resultantes da sua histórica capacidade centrípeta.

O sistema organizacional de tipo fordista, em que tinha assentado o crescimento económico do pós-guerra, parecia estar também em crise, o que era particularmente evidente no que toca aos grandes complexos industriais, a exemplo da siderurgia, de algumas químicas ou da construção naval, em processo de deslocalização para países semi-periféricos, ou em desintegração vertical. Valorizam-se agora a flexibilidade oferecida pelas pequenas empresas, sob a forma de articulação reticular, a exemplo da chamada Terceira Itália, ou de uma forma geral encoraja-se o “downsizing” e o correspondente emagrecimento dos grandes conglomerados empresariais.

Paralelamente, assiste-se ao avanço de um processo de terciarização, com significativos efeitos no emprego, mas sobretudo na variação da importância relativa das empresas. De facto, o comércio e os serviços adquirem uma importância maior, na medida em que a concepção dos produtos, a gestão do processo produtivo e a distribuição ao consumo reforçam o seu peso relativo face ao fabrico e, por outro lado, o comércio e alguns serviços por si só, adquirem uma importância que não lhes era antes reconhecida e uma incontornável visibilidade e impacte sobre o tecido económico e a organização do território.

Terciariza-se sobretudo a cidade, cada vez menos industrial, enquanto a ruralidade se “industrializa” pelo acrescentar às tradicionais áreas rurais de industrialização difusa novos nódulos que recebem indústrias anteriormente quase exclusivamente sediadas no urbano. À medida que as políticas agrícolas produtivistas esvaziavam a tradicional agricultura camponesa e se desterritorializam alguns dos usos de diversos espaços, nomeadamente os peri-urbanos, regride para o conjunto dos espaços rurais, o emprego exclusivamente agrícola, crescendo o pluriactivo e o desproletariado por via da sazonalidade. Consolida-se também, sincronicamente

com a implementação de políticas produtivistas, a mitificação do campo como bem de consumo que remete para uma nostalgia mais ou menos romântica de perda da ruralidade tradicional, assente no turismo e no lazer, por via da preservação dos diversos patrimónios em risco. A ruralidade envelhece porque os agricultores só são maioritários praticamente nas áreas regressivas, onde subsiste uma agricultura residual sustentada pelo pluri-rendimento, sobretudo nas áreas de montanha.

Na mesma altura (embora em tempos diferentes de país para país e mesmo de cidade para cidade), verifica-se nas cidades um progressivo abandono dos espaços consolidados, com as áreas mais antigas e resultantes da expansão urbana dos séculos XVIII e XIX a acusarem sinais evidentes de um despovoamento e uma estagnação nas dinâmicas de desenvolvimento, associadas sobretudo ao comércio e aos serviços de natureza económica.

Os centros tornam-se cada vez mais vazios e a decadência física de boa parte dos edifícios liga-se cada vez mais a uma ocupação residencial residual ou instável e à construção psicológica de uma cidade insegura.

Paralelamente, avança a construção das “novas cidades”, constituídas por gigantescas superfícies comerciais, loteamentos e condomínios, mais ou menos fechados, mais ou menos distantes da cidade, mais ou menos próximos das redes de relação rápida que se constroem ou ampliam.

## 2. O RETORNO À CIDADE E A PROCURA DE UMA “URBANIDADE RURAL”

O final da década de 80 e sobretudo toda a década de 90, marcam um claro regresso à grande dimensão. A cidade é revalorizada, quer à pequena escala, em que ela é agora vista num contexto alargado, como um de vários nódulos constitutivos de uma megalópole ou metapole (na sugestiva construção de François Ascher), falando-se e discutindo-se muito a propósito da construção de arquipélagos de desenvolvimento, ou de “regiões urbanas” e salientando-se a importância das cidades globais, num quadro marcado pelo desenvolvimento de redes de relação internacional que revalorizam, à escala global, uma lógica hierárquica que se esbate aos níveis regional e nacional.

Por outro lado, no tecido empresarial, a internacionalização das empresas e a crescente globalização da economia, conduz à identificação de vantagens compe-

titivas das grandes empresas, sucedendo-se as “mergers” (fusões) de pequenas e grandes companhias, em “holdings” e impérios económicos gigantescos, em praticamente todos os sectores de actividade, de que são bom exemplo o “software”, a banca, o automóvel, o comércio e as diversas actividades envolvidas na prática turística (hotelarias, agências de viagens, transportadoras, etc.).

Em geral, verificam-se claros sinais de um processo, dito de reurbanização, marcado por um claro acréscimo da dimensão populacional e da importância económica dos espaços urbanos, sobretudo dos que apresentam uma dimensão maior e se encontram mais e melhor articulados em novas hierarquias e redes internacionais.

No seu interior, depois de um “abandono” dos centros históricos e outros espaços consolidados, verifica-se um movimento cada vez mais sensível de revalorização da pré-existência e, em geral, de um “retorno ao centro” que apresenta várias facetas:

- reabilitação e revalorização turística do centro antigo, muito embora por vezes mais folclóricas que efectivas;
- gentrificação, com a conquista de novos habitantes, jovens, isolados ou em famílias pequenas, com desafogo económico e elevadas exigências culturais, que reencontram o interesse pela residência na cidade consolidada;
- regeneração de espaços desaproveitados da cidade industrial, nas frentes de rio e mar, no lugar de fábricas fechadas, gigantescas estações e quartéis inadecuadamente localizados;
- revitalização dos centros de comércio e serviços das cidades, os centros únicos da cidade industrial e agora ditos tradicionais, designadamente através de programas de apoio ao tecido económico, à fixação da residência, à valorização dos equipamentos culturais e à melhoria das condições de circulação.

No mundo rural, ganham uma nova centralidade nos últimos anos as questões ambientais. As políticas agrícolas produtivistas do pós-guerra, caracterizadas pelo alargamento do regadio e da pecuária intensiva, tiveram impactes profundamente negativos nos recursos não renováveis, gerando níveis de poluição bastante elevados, sobretudo pelo esgotamento dos solos e pelo excessivo teor de nitratos nos aquíferos. A reformulação da Política Agrícola Comum, em 1992, em direcção à promoção de práticas agrícola-ambientais e, em parte, o já anteriormente aplicado “set-aside”, têm

como fim compatibilizar os métodos de produção agrícola com as exigências da protecção ambiental.

Nos campos abre-se, portanto, uma nova fase, essencialmente marcada pela desruralização. À medida que diminui o peso relativo do Produto Bruto Agrícola no Produto Interno Bruto, são cada vez menos as explorações agrícolas, que tendem a ser mais familiares, ao mesmo tempo que as famílias tornam cada vez menos dependentes da agricultura, num processo generalizado de saída do sector, sincrónico com a especialização que se opera nalguns sectores, apesar de estes apresentarem fraca capacidade de gerar emprego, a não ser nalguns casos, e apenas sazonal.

Os novos desafios da ruralidade passam também pela sua requalificação paisagística, pela capacidade em propiciar níveis de conforto semelhantes ao urbano, pela possibilidade endógena de multifacetar rendimentos, valorizando capacidades competitivas, transformando o tradicional em fonte de rendimento.

### 3. REGIÃO NORTE E ÁREA METROPOLITANA: O AUMENTO DAS DIFERENÇAS

À escala mundial, europeia e no interior de Portugal, tendem a aumentar as desigualdades entre territórios mais ricos e mais pobres, num quadro geral de instabilidade particularmente forte. Todavia, em regra, ao contrário do que se chegou a sustentar, nos tempos idos do "small is beautiful" e mau grado todas as vantagens da Internet ou decorrentes da melhoria das acessibilidades, as condições são diversas - cada vez mais diversas até - entre territórios num contraste que parece acentuar-se cada vez mais.

No interior do espaço urbano, em geral a tendência aponta para a construção de uma cidade dual e fragmentada. A sua dualidade resulta de um aprofundamento das diferenças que a globalização reforça e que é particularmente visível nas cidades mais internacionalizadas, em resultado de um aumento da importância das profissões extremas, as mais qualificadas e globalizadas e as indiferenciadas e precárias. A par desta dualidade, que é por contrastes quase tão chocantes como o das cidades dos países subdesenvolvidos, verifica-se uma crescente subdivisão da cidade em diversos pequenos territórios bem ligados entre si, mas cada vez menos contínuos e coesos. Entre diversos pólos da vida urbana, as pessoas deslocam-se já por canais de relação rápida, por entre espaços de indiferença. Ao invés de

um território coeso, que reforça uma unidade e identidade, a cidade parece caminhar cada vez mais para um espaço urbano fragmentado, feito de pequenas parcelas, cuja utilização é feita segundo combinações diferenciadas, reproduzindo (e aprofundando) formas diversas de ver e viver a cidade, de acordo com gostos, modas e com atributos sociais e económicos.

Neste contexto, na Área Metropolitana do Porto (AMP) como um pouco por toda a parte, o centro da cidade deixou de ser a referência fundamental, o espaço de encontro de toda a população. Porventura que nas manifestações mais espontâneas, ou com um cunho populares mais marcado (o grande acontecimento político, a vitória do FC Porto no campeonato), este centro seja ainda visto com o local de referência, o sítio onde de antemão se sabe que é o de destino das multidões.

Todavia, o comércio enclausurou-se em espaços construídos na periferia, junto aos nós de relação rápida, quais novas praças de novas avenidas, na reconstrução de novos espaços de cidade que são pensados e concebidos como espaços de consumo; a administração pública descentralizou-se também, pelo menos parcialmente, e embora os transportes públicos continuem a valorizar este centro, a verdade é que entretanto os transportes públicos perderam a importância que tinham e a cidade do automóvel tende a afastar-se dos espaços centrais, de circulação difícil e estacionamento caro.

Para lá do centro, a distribuição da residência aprofunda as segregações da cidade industrial, entre bairros e espaços alargados, uns vistos como prestigiados e prestigiantes para quem lá mora, outros como degradados e socialmente desvalorizadores dos seus habitantes. E, na AMP como noutros espaços urbanos portugueses, como no Reino Unido, em França e noutros países, um endereço numa "área-problema" é factor severamente dificultador de se conseguir um emprego, ou de se obter o serviço de um táxi, ou de um canalizador. Em oposição, os espaços de qualidade adquirem requintes acrescentados e, na fobia de fim de século, defendem-se de uma cidade que rejeitam, enclausurando-se em condomínios fechados (como as "gated communities" dos Estados Unidos e Reino Unido, ou algumas novas "quintas" da periferia lisboeta), cuja propriedade é seleccionada, o acesso condicionado e todo o espaço vigiado as 24 horas do dia.

O resultado geral é a "guetização" da cidade, da sua desconstrução, pelo afastamento de uns e outros, por



motivos que num caso estarão sobretudo ligados à segurança, noutros relacionados simplesmente com o reduzido poder de compra, ou com práticas informais, numa vida paralela que a sociedade rejeita e/ou pretende esconder.

No quadro regional, o Norte de Portugal, embora sem existência político-administrativa, é um território estatístico que permite verificar um conjunto de realidades e de dinâmicas que impõem reflexão face aos elementos antes abordados, muito embora a forte heterogeneidade interna e o natural desfasamento existente com outros territórios mundiais (europeus, designadamente), revelem especificidades que importa tomar na devida consideração.

Numa primeira abordagem, importa considerar a dimensão demográfica e sobretudo económica desta região portuguesa no quadro da União Europeia, em que esta acusa uma diferença relativamente às regiões mais desenvolvidas que apesar dos sucessivos apoios financeiros ao desenvolvimento de Portugal, não tem diminuído ao longo dos últimos anos. Assim como, mesmo no interior do país, essas desigualdades se mantêm visivelmente acentuadas, tanto mais que das verbas inscritas no II Quadro de Apoio Comunitário, mais de metade foi canalizada para a região de Lisboa e Vale do Tejo.

Em termos demográficos, é notória uma tendência geral à concentração da população em áreas restritas, no reforço de uma dupla oposição: entre um litoral denso e urbanizado e um interior envelhecido, com um saldo natural marcadamente negativo, por um lado; entre as cidades e o restante território, por outro, o que é visível sobretudo no interior, onde as cidades têm tido um reconhecido papel de sucção, actuando igualmente como rótulas de articulação com o litoral, relacionando-se com este por forma a favorecer as condições para a migração e, quase sempre, um acréscimo da importância deste, ou de algumas das suas cidades e equipamentos, no relacionamento internacional.

No território metropolitano e em especial no quadro do chamado Grande Porto, como de resto ocorre no interior da cidade do Porto, são visíveis os sinais de uma fragmentação crescente e de tensões latentes, ou plenamente assumidas, a todas as escalas e em vários âmbitos (social, económico, político, etc.). Num contexto crescentemente galáctico, de (des)construção da cidade fragmentada, é possível, em grandes linhas, apresentar dois tipos de tensões de repercussões territoriais, numa geografia das desigualdades que, em geral, reco-

nhece as diferenças entre centro e periferia e entre o lado ocidental e o oriental.

### 1. Centro - Periferia

A tensão existe entre a cidade consolidada, que necessita recuperação e uma dispendiosa e longa reabilitação (que deverá ir muito para além do centro histórico) e as novas cidades da envôlvia ou espaços periféricos cada vez mais longínquos, com cada vez mais pessoas (e eleitores) e sedes de empresas (e portanto receitas municipais) e com disponibilidade de espaço que o centro não tem, seja para a instalação de grandes superfícies comerciais, seja para outros empreendimentos de alcance metropolitano e regional (aerportos, parques de ciência e tecnologia, novos e grandes investimentos industriais).

### 2. Oeste – Este

A ocidente, o desenvolvimento com qualidade urbanística e vivencial, com um sector financeiro forte, boa presença do comércio de luxo, embaixadas e serviços sociais de alto nível, domínio da residência de classe alta e média-alta e amplos espaços verdes, faz o contraponto a uma área oriental de residência predominantemente de menor qualidade, constituindo, em grande medida, uma reserva metropolitana de mão-de-obra barata e local de concentração de males sociais, mais ou menos visíveis (com desemprego e subemprego, dependência face ao exterior e um dinamismo demográfico associado ao caos urbano).

Esta dupla oposição tem tido sinais evidentes:

- na política, com o Porto a surgir por vezes em conflito com todos os outros concelhos e em contraponto directo com Lisboa ou, o mais das vezes, em aliança com os dois outros "mais desenvolvidos" (Matosinhos e Maia), como aconteceu por exemplo na definição da rede de metro ligeiro, enquanto que, no outro lado, a ligação de Gondomar a Vila Nova de Gaia ultrapassa simples leituras partidárias, já que defronta inclusivamente a liderança metropolitana e revela claras dessintonias com as posições assumidas por Póvoa de Varzim;

- no urbanismo, com a reabilitação do Centro Histórico e a recuperação das frentes marítima e ribeirinha (central e ocidental), a par da construção e ampliação do parque urbano a oeste, enquanto a leste a imagem predominante é de um certo caos, com uma gestão urbanística significativamente menos cuidada e, sobretudo, menos exigente e mais pactuadora com interesses especulativos e com um desenvolvimento

muito directamente ligado ao simples crescimento quantitativo;

- na economia, com a Bolsa de Valores e boa parte do sector financeiro, público e privado, a transferirem-se para oeste, a par das actividades de hotelaria e restauração e boa parte do comércio independente de mais elevado *standing* e, em especial no comércio de maior porte, com uma diferenciação entre uma periferia ocidental onde existem hipermercados em grandes centros comerciais em Gaia, Matosinhos e Maia, que o Porto não aceita (até porque não pode acolher estruturas dessa dimensão) e que a Este, Gondomar e Valongo não atraem, ou rejeitam, numa atitude defensiva do tradicional que facilita a proliferação dos estabelecimentos de desconto e das lojas de 1999m2 (que escapam à classificação jurídica de "grande superfície".

#### 4. CONCLUSÃO

Depois da desvalorização da política e administração pública e das orientações de ordenamento muito em especial, acreditando-se no mercado como panaceia para a resolução de todos os problemas, ou atribuindo-se a entidades privadas ou outras não eleitas (como as agências de desenvolvimento britânicas), uma responsabilidade de que o Estado se não deveria demitir, os sinais são já muito claros de um retorno à política e ao ordenamento, tendo em vista a definição e a aplicação das medidas necessárias à concretização de um desenvolvimento que possa conciliar as necessidades de competitividade internacional, com as de solidariedade e coesão, seja ao nível de cada país ou da União Europeia, seja a essa dimensão tão falada e tão esquecida, que é a do globo.

Por outro lado, também os efeitos de concentração demográfica e económica em espaços urbanos alargados que se fragmentam, coloca problemas cuja profundidade e amplitude exige uma coordenação supramunicipal, ou em alternativa intermunicipal e interurbana, que reclama mais competências e mais capacidades. Só dessa forma será possível ultrapassar fronteiras administrativas e assegurar um ordenamento que acautele a coesão nacional, regional e metropolitana, a identidade dos territórios e uma qualidade de vida das pessoas que tenha em consideração as condições de sustentabilidade e a necessidade de, sem homogeneizações, diminuir as desigualdades entre os territórios, do que resultará a atenuação das diferenças de base territorial entre os

cidadãos, no acesso ao emprego, à residência, aos equipamentos públicos, ou aos serviços privados.

#### Notas

<sup>1</sup> O presente artigo reproduz, com pequenas alterações, uma comunicação apresentada sob o título "Território e poder, centro e periferia: o local e o regional vistos a partir da Área Metropolitana do Porto", às IV<sup>as</sup> Jornadas de Estudo do CENPA (Centro de Estudos do Norte de Portugal e Aquitânia) que decorreram na Universidade de Michel de Montaigne (Bordéus) em Novembro de 1998.

<sup>2</sup> Entre estes, lembre-se que Dematteis (1994) sublinhou que o crescimento exterior às grandes metrópoles poderia corresponder unicamente a uma fase menos selectiva e, por isso, mais descentralizada da oferta de emprego, originando-se dessa forma novas urbanidades difusas.

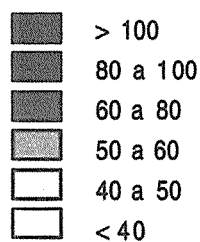
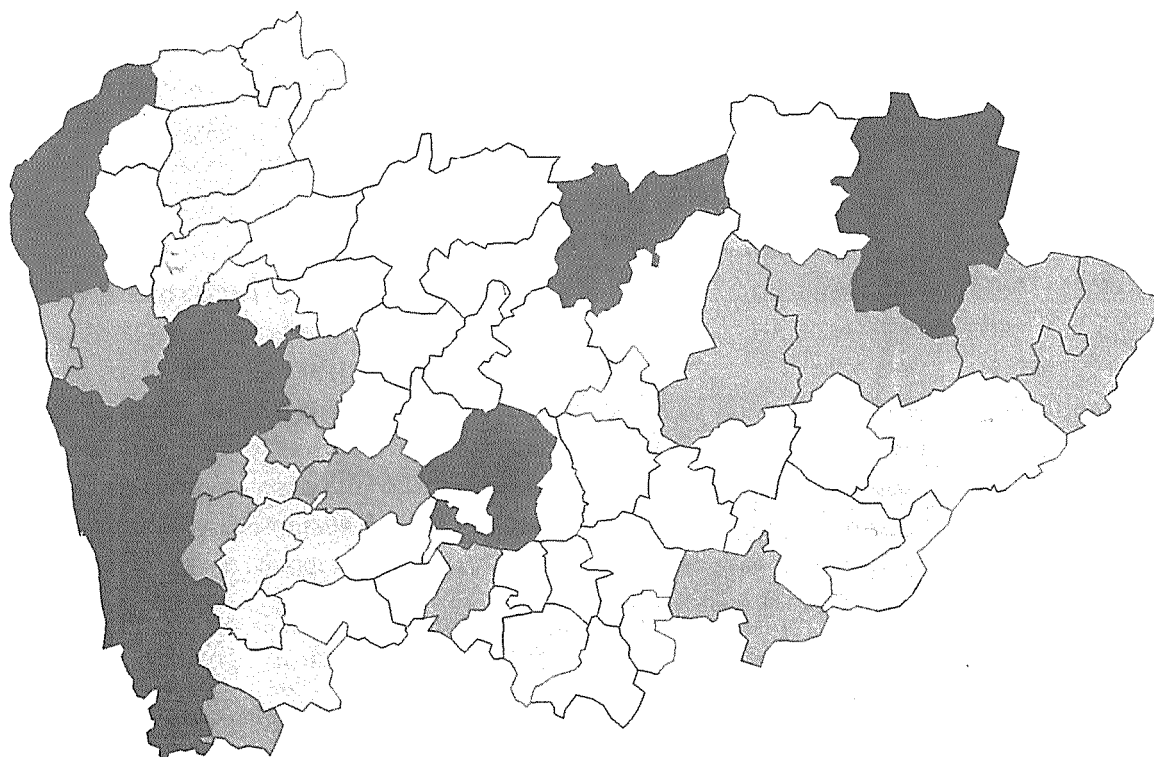
#### Bibliografia

- ASCHER, F. (1995). *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- CARDOSO, A. (1996). *Do desenvolvimento do planeamento ao planeamento do desenvolvimento*. Porto: Edições Afrontamento/Dep. de Engenharia da FEUP.
- FERNANDES, J. A. R. *A cidade 25 anos depois: o comércio e a reestruturação urbana do Porto*, Coimbra, "Cadernos de Geografia", nº 17, FLUC, pp. 203-207.
- \_\_\_\_\_ (1997). *Porto: cidade e comércio*. Porto: Arquivo Histórico da Câmara Municipal do Porto.
- \_\_\_\_\_ (1995). *A distribuição da população e as alterações na organização do território do Grande Porto*. Porto. "População e Sociedade", nº 1, CEPFAM, pp.155-162.
- Ferrão, J. (1992). *Serviços e inovação: novos caminhos para o desenvolvimento regional*. Oeiras: Celta Editora.
- HALFCREE, K. (1994). *The importance of "the rural" in the constitution of counterurbanization: evidence from England in the 1980's*, in "Sociologia Ruralis", Vol. XXXIV, nºos 2-3,, pp. 164-189.
- HALL, T. (1998). *Urban geography*. Londres: Routledge.
- MARQUES, H. (1995). *Da perspectiva racional-compreensiva ao planeamento estratégico: tópicos de reflexão*, Porto, in "Revista da Faculdade de Letras – Geografia", I<sup>a</sup> Série, Vol. X/XI, pp. 39-104.
- MARQUES, H. e MARTINS, L. (s.d.). *Memória, herança, património e paisagem*. Coimbra: in "Cadernos de Geografia", nº 17, FLUC, pp. 123-129.
- RÉMY, J. e VOYÉ, L. (1992). *A cidade: rumo a uma nova definição*. Porto: Edições Afrontamento.



Fig. 1 – População residente por freguesia na Região Norte

Fonte: INE – Recenseamento Geral da População de 1991 / Projecto ACINP (Atlas das Cidades do Norte de Portugal).



#### Concelhos da Região com maior Poder de Compra per Capita

Concelhos	Indicador per Capita
Porto	221,21
São João da Madeira	158,18
Matosinhos	131,19
Maia	115,69
Espinho	111,11
Vila Nova de Gaia	103,41
Braga	102,97
Valongo	94,44
Gondomar	86,62
Póvoa de Varzim	84,52

Valor do IpC na Região Norte: 83,17

Fig. 2 – Poder de compra por concelho na Região Norte

Fonte: INE – Estudo sobre o poder de compra concelho, DRC, 1997.



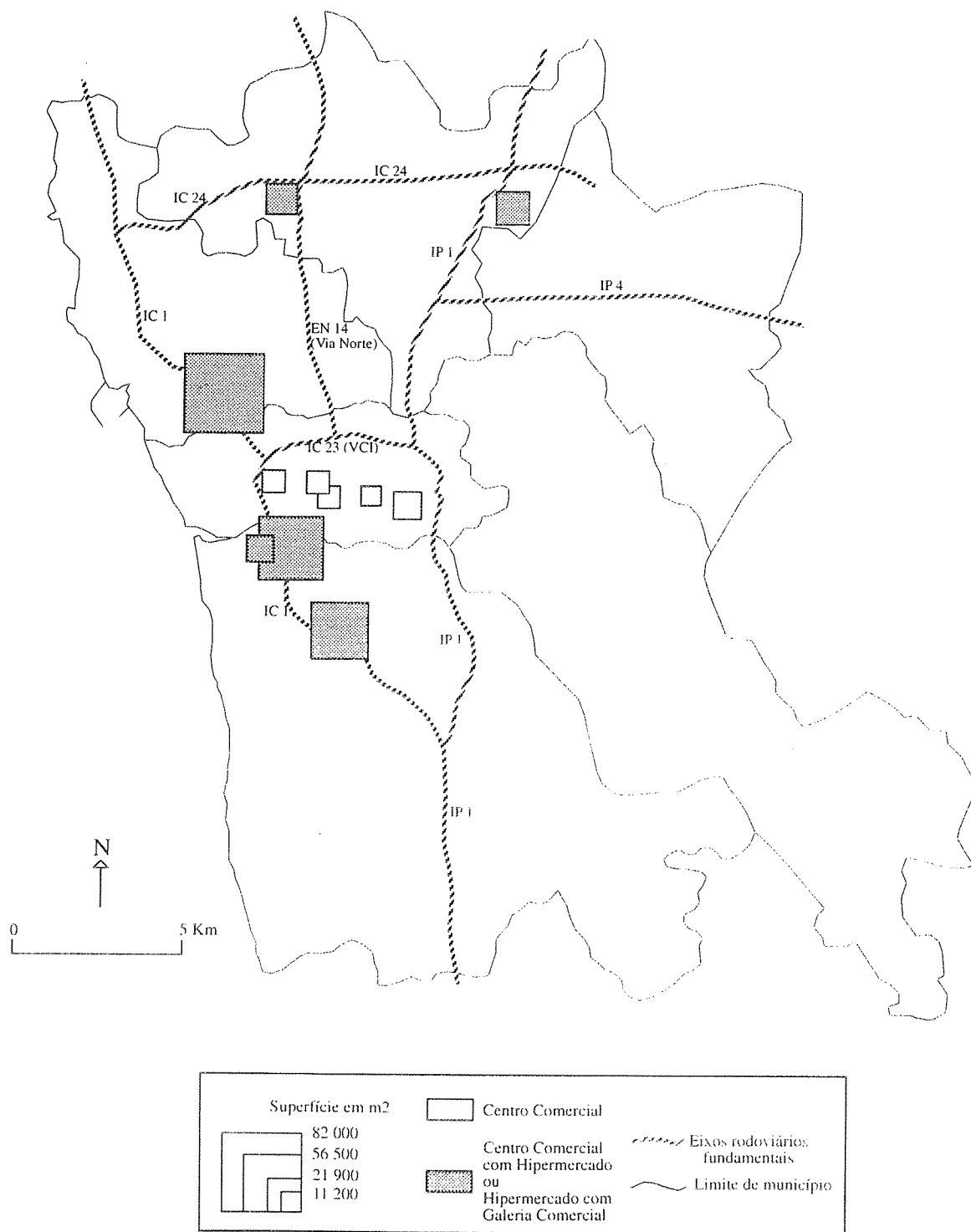


Fig.3 – Grandes superfícies comerciais com mais de 10.000m<sup>2</sup> no Grande Porto (Janeiro de 1999)

Extraído de José A Rio Fernandes – Desindustrialização, terciarização e reestruturação territorial: o caso do Porto, Porto, Actas do Colóquio “A indústria portuense em perspectiva histórica, CLC/FLUP, 1998, pp. 445-457.